

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 00/09/2019

- [Primeira infância - especialistas debatem diversidade cultural do Norte do país](#)
- [Representantes do Executivo destacam ações a favor da primeira infância](#)
- [Boas práticas do Judiciário na proteção à infância são destacadas em seminário](#)
- [Cinco crianças do projeto de adoção da VIJ estão em processo de aproximação com famílias](#)
- [TJPE mantém decisão que determina a Olinda criar terceiro Conselho Tutelar](#)
- [Funase em Garanhuns certifica socioeducandos e funcionários na área de construção civil](#)

Assunto: Primeira infância - especialistas debatem diversidade cultural do Norte do país

Fonte: CNJ

Data: 00/09/2019



“As diferentes infâncias, suas famílias e comunidade”: esse foi o tema do painel de debates que marcou a programação da parte da tarde no primeiro dia do "Seminário do Pacto pela Primeira Infância – Região Norte”. O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e sediado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), ocorreu nesta quinta e sexta-feira (19 e 20/9).

Participaram como moderadores do debate o desembargador João Guilherme Lages Mendes, presidente do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) e a deputada Federal Aline Gurgel, coordenadora da Região Norte da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância.

A primeira palestrante foi a coordenadora do Território da Amazônia – Unicef, Anyoli Sanabria, que tratou do cenário das diferentes infâncias no Brasil: avanços e desafios “De acordo com os nossos indicadores, analisando a primeira infância, a gente constatou que, na zona Norte do Brasil, o que chamamos de Amazônia Legal brasileira, temos indicadores mais negativos em comparação com o restante do país. Porque há regiões que estão muito melhor, então, temos de pensar que as políticas públicas não estão dando certo nessa região do país” afirmou.

Anyoli destacou ainda que é preciso considerar que as crianças do Norte brasileiro moram em contextos diferentes, diversidades culturais. “Temos essa condição de afastamento dessas comunidades, que impede seu acesso a serviços de qualidade, portanto, temos que inovar, pensar em soluções diferentes”, explicou.

O presidente do TJAP falou sobre a necessidade da sociedade e do poder público se mobilizarem na proteção das crianças. “Nessa abertura já percebemos que existem problemas na primeira infância que atingem a todos os estados da Região Norte e verificamos que são soluções que devem ser tomadas e enfrentadas em conjunto, com a criação da rede de proteção e com leis adequadas”, disse o magistrado.

O desembargador falou ainda da Agenda 2030 da ONU. “Vejo este seminário como um diálogo com os objetivos de desenvolvimento sustentáveis que compõem essa agenda que também dialoga, aqui, com o Brasil por meio do CNJ. Então, a pergunta que fica por meio deste Pacto é: o que temos que fazer para atender às metas da agenda 2030? Temos 10 anos, mas passa rápido, porém sem dúvida, sairemos daqui motivados para fazer um trabalho primoroso.”

Comunidades tradicionais

Outro tema abordado foi a “Interculturalidade e a primeira infância: perspectivas para o atendimento e participação de povos e comunidades tradicionais da Amazônia”, que teve como palestrante o professor da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará Assis Oliveira. “A ideia de pensar a primeira infância já parte do pressuposto de que esses grupos podem ter outra compreensão. A nossa base cultural ocidental não é a mesma de indígenas, quilombolas, eles possuem outros modos culturais de conceberem seu modo de vida, e precisamos respeitar, fazendo uma união do que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas respeitando essa diversidade”, enfatizou o professor.

A programação foi encerrada com o segundo painel, intitulado “A interface entre o Sistema de Justiça e as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Direitos Humanos na proteção às crianças na Primeira Infância”. A moderadora das discussões foi a promotora de Justiça do Ministério Público do Amazonas Vânia Maria Marinho. “Todas as iniciativas que visam garantir o que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina se insere nesses cuidados que devemos ter com a primeira infância, porque a educação não se restringe à formal”, disse a promotora.

Entre os temas abordados no painel estavam: "A proteção às crianças na primeira infância em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social", "Políticas de Justiça na primeira infância e pacto pela implementação da Lei 13.431/2017", "Depoimento Especial e Escuta Especializada", "Políticas Públicas de Educação Infantil e Articulação das Políticas de Saúde para a nutrição e cuidado integral na Primeira Infância".

Assunto: Representantes do Executivo destacam ações a favor da primeira infância

Fonte: CNJ

Data: 00/09/2019



O segundo dia do “Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Norte” foi aberto, nesta sexta-feira (20/9), em Manaus, com a exposição de projetos de atenção a crianças de zero a 6 anos de idade, que vêm sendo desenvolvidos com sucesso por entidades governamentais e não governamentais na Região Norte do país.

O seminário é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e conta como apoiadores o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), a Coordenadoria da Infância e da Juventude (COIJ/TJAM) e a Escola Superior de Magistratura do Amazonas (Esmam).

Considerada, no Brasil, a Capital da Primeira Infância, Boa Vista foi evidenciada em um dos painéis expositivos do seminário com a prefeita Teresa Surita informando algumas das diversas ações do executivo municipal em prol do bem-estar do público infantil.

Entre as várias ações desenvolvidas, com ênfase desde o ano 2013, a prefeita indicou: intervenções urbanísticas na cidade; a disponibilização de espaços para amamentação; projetos de combate à mortalidade infantil; a criação de espaços lúdicos (tais como, praças e ambientação temática de pontos de ônibus) e o estabelecimento de rede intersetorial para projetar e executar ações públicas em prol da primeira infância – que envolve a participação de diversos secretários municipais.

Tereza Surita também comentou que a gestão pública municipal criou o projeto “Família Acolhe” – que já atendeu a 15 mil mulheres grávidas e 17 mil crianças, estabeleceu um currículo escolar específico para o atendimento a crianças de até 6 anos de idade e disponibilizou, inclusive, um Baby Spa para incentivar e proporcionar o cuidado e o desenvolvimento das crianças logo nos primeiros meses de vida.

Para a prefeita de Boa Vista, a atenção à primeira infância deve ser, antes de tudo, uma decisão política. “Trabalhamos como um plano de governo, e o mesmo peso que tem uma obra de urbanização, por exemplo, também tem a primeira infância, que é um programa que não pertence a uma secretaria, mas a toda prefeitura, em que empregamos os recursos disponíveis, trabalhando-os e lembrando da importância da primeira infância para uma cidade”, disse.

Acre e Amazonas

No mesmo painel, foram apresentados projetos de impacto social desenvolvidos no Acre e também no Amazonas.

O exemplo acreano foi detalhado pela chefe do Núcleo Materno Infantil da Secretaria de Saúde do Acre, Priscylla Nunes. Ela demonstrou o impacto do "Programa Primeira Infância Acriana

(PIA)" que conseguiu reduzir consideravelmente os indicadores de mortalidade infantil no estado.

“Após constatarmos essa redução, decidimos pela ampliação do programa que foi consolidado pela sanção da Lei n. 3.367/2017, que instituiu o PIA. As ações – inicialmente voltadas para o combate à mortalidade infantil – foram expandidas para medidas de favorecimento ao desenvolvimento de nossas crianças”, informou Priscylla Nunes.

Já a experiência exitosa do Amazonas foi destacada pela assessora do Núcleo de Projetos Estratégicos em Saúde do estado, Katherine Benevides, que apresentou ao público as perspectivas do “Programa Primeira Infância Amazonense”. O projeto tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social dessas.

O programa, conforme Benevides, também busca, entre outros pontos, prestar apoio na definição de estratégias para garantir a universalização da educação infantil de qualidade; prestar assistência social às crianças e famílias beneficiadas por serviços de proteção social básica e apoiar e fortalecer as competências da família, como primeira e mais importante instituição de cuidado à saúde e educação das crianças nos primeiros anos de vida.

Projeto Boa Mãe

O painel contou, ainda, com a exposição feita pela deputada federal pelo Amapá Aline Gurgel, do "Projeto Boa Mãe". A ação, desenvolvida na capital amapaense, atua no benefício à saúde física e mental das mães – e conseqüentemente de seus filhos – que passam ou passaram por depressão pré e/ou pós-parto, implementado à época em que a deputada atuou como vereadora.

Na oportunidade, a congressista antecipou que, na Câmara Federal, com a contribuição de outros parlamentares, vai protocolar um projeto similar, que pode ter alcance nacional.

Assunto: Boas práticas do Judiciário na proteção à infância são destacadas em seminário

Fonte: CNJ

Data: 00/09/2019



Concluído nesta sexta-feira (20/9), em Manaus, o “Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Norte”, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNA), abriu espaço para a apresentação de boas práticas desenvolvidas pelo Poder Judiciário em prol do desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes.

Entre as ações, esteve o projeto “Encontrar Alguém” por meio do qual o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), em iniciativa da Coordenadoria da Infância e Juventude (COIJ), está contribuindo para facilitar a adoção de crianças e adolescentes tidos como de difícil recolocação em famílias substitutas, como é o caso de crianças com idade avançada e grupos de irmãos.

A coordenadora da Infância e Juventude do Amazonas, juíza Rebeca de Mendonça Lima, apresentou o projeto e citou o impacto social da iniciativa, que, segundo ela, após a devida aprovação do Pleno do TJAM “divulga, de forma responsável e padronizada, imagens e informações sobre crianças e adolescentes inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)”.

Após o trabalho técnico de filmagem e de fotografia das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, mediante o prévio consentimento destes vídeos de curta duração – contando suas histórias – são divulgados em cinemas, teatros (antes de apresentações de filmes, peças etc.) e em outros canais de divulgação.

O seminário foi realizado pelo CNJ nesta quinta e sexta-feira (19 e 20/9) e contou como apoiadores o TJAM, a Coordenadoria da Infância e da Juventude (COIJ/TJAM) e a Escola Superior de Magistratura do Amazonas (Esmam).

A iniciativa amazonense, conforme a juíza Rebeca de Mendonça Lima, está tendo resultado satisfatório. “O projeto foi lançado há pouco mais de um ano, e, dos 35 jovens participantes, quase a metade já está em processo de convivência/interação com famílias pretendentes a substitutas. Para nós do Judiciário, isso é motivo de muito entusiasmo, pois essas crianças e adolescentes, dificilmente seriam futuramente adotadas”, apontou a magistrada.

Ao destacar o impacto social do programa, a juíza Rebeca de Mendonça Lima informou, ainda, que os vídeos produzidos e divulgados chamaram a atenção de pessoas que residem fora do Amazonas e, inclusive, em outros países, e os processos de adoção vêm sendo intermediados pelo Judiciário Estadual. “Esse é o projeto de busca ativa do TJAM e acredito que o primeiro da Região Norte que foi autorizado por resolução. Divulgamos, com muita responsabilidade, as imagens e histórias de vida de crianças e adolescentes que desejam ser reinseridos em uma família”, concluiu.

Atenção a imigrantes

Outra boa prática desenvolvida pelo Judiciário é o projeto “Ação Integrada para Regularização da Situação Migratória e Documental de Crianças e Adolescentes Venezuelanos em Território Roraimense”. A iniciativa vem sendo desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Roraima. A prática foi apresentada pelo juiz Parima Dias Veras.

Conforme o magistrado, o trabalho, que tem a parceria da Polícia Federal, Exército Brasileiro, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública e instituições acolhedoras, foi viabilizado em razão do elevado índice de venezuelanos que chegam, diariamente, ao estado de Roraima.

O projeto, de acordo com o juiz, busca intermediar a emissão de documentos, sobretudo às crianças, de modo que elas, de porte da devida documentação pessoal, possam ter acesso a escolas, hospitais, programas de apoio a imigrantes. Ao favorecer a inserção dos pequenos nos programas de apoio, a Ação Integrada, de forma mais ampla, também contribui, segundo o juiz Parima Veras, com a redução da incidência de trabalho infantil, de abuso, exploração e violência sexual.

O mesmo painel, que encerrou os trabalhos do seminário na manhã desta sexta-feira (20/9) também apresentou o projeto “Justiça Restaurativa: Formação de redes de atuação multidisciplinar para a redução da vulnerabilidade e risco na primeira infância”, de autoria da juíza Josineide Gadelha (do Tribunal de Justiça do Pará); “Programa de Ações Multissetoriais para o Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó”, coordenado pela promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, Leane Barros; “Projeto Declare seu Amor”, divulgado pela juíza Ana Valéria Zimparro (do Tribunal de Justiça de Rondônia) e “Financiamento de Projetos da Primeira Infância”, apresentado pelo assessor da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Amapá, Ladilson Costa.

O referido painel teve como moderador o presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil e juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Sérgio Luiz Ribeiro de Souza.

Assunto: Cinco crianças do projeto de adoção da VIJ estão em processo de aproximação com famílias

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 00/09/2019



Das sete crianças e adolescentes já cadastrados no projeto “Em Busca de um Lar”, da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF), cinco estão em estágio de aproximação com famílias interessadas em adotá-los. Lançada em maio deste ano, a iniciativa busca sensibilizar famílias aumentando as chances de adoção tardia, de grupos de irmãos e daqueles com problemas de saúde, ou seja, aqueles que não fazem parte do perfil preferido pelas famílias aptas a adotar: recém-nascidos, crianças saudáveis e sem irmãos.

Além das que foram direcionadas para adoção dos participantes do Em Busca de Um Lar, outras cinco famílias entraram com processo de habilitação para perfis semelhantes aos dos inseridos no projeto. Nenhuma delas fazia parte do cadastro de adoção até a ação piloto da VIJ. “Esses primeiros resultados reforçam a adequação e pertinência do projeto recém-lançado e aponta para um futuro promissor que envolve a possibilidade de um número ainda maior dessas adoções no âmbito do Distrito Federal”, indica o supervisor da Seção de Colocação em Família Substituta da VIJ-DF (SEFAM), Walter Gomes.

Dos sete meninos e meninas que ingressaram no Em Busca de um Lar, três têm problemas de saúde: uma criança de seis anos com hidrocefalia; uma pré-adolescente de 10 anos apresenta microcefalia, com sequelas cognitivas, motoras e de fala; um adolescente de 14 anos com Síndrome de Marfan (doença hereditária que afeta o sistema conjuntivo). A menina de 10 anos é uma das que está em aproximação de uma família. Os outros quatro participantes são dois irmãos adolescentes e duas meninas também adolescentes. Atualmente integram o projeto, sem famílias pretendentes, o adolescente Mateus, de 14 anos, e o menino Kalleb, de 6.

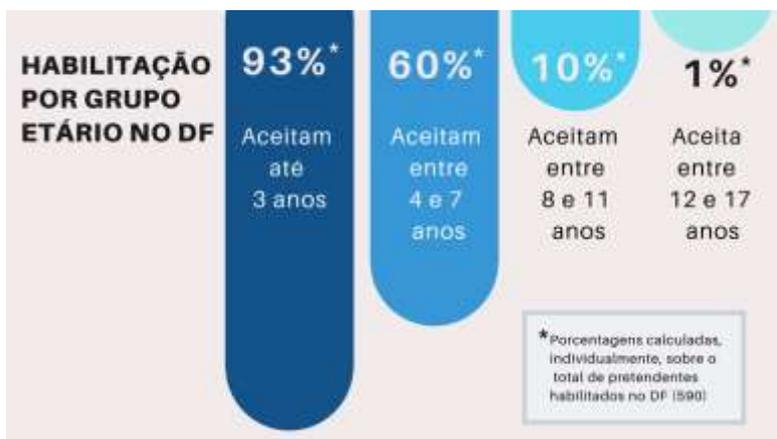
Protagonismo de quem aguarda uma família Para alcançar o objetivo, o Em Busca de um Lar trabalha com a produção de vídeos e imagens para serem veiculados no site do TJDF e nas redes sociais do projeto. A ideia é propiciar o protagonismo de crianças e adolescentes aptos para adoção e compartilhar os desejos e os sonhos deles com a sociedade. O material de divulgação contou com a prévia preparação emocional e concordância dos participantes e de seus guardiões institucionais, além de expressa autorização judicial. “O trabalho psicossocial envolveu a preparação dessas crianças e jovens, respeitando-se, a todo o momento, suas limitações e suscetibilidades, conscientizando-os de que poderão encontrar ou não a tão esperada família, porém deixando claro que, por parte da Justiça Infantojuvenil, haverá um engajamento sem reservas para que ao final o êxito seja logrado”, explica Walter. O supervisor da SEFAM lembra ainda que o perfil trabalhado pela iniciativa é o que segue sendo recusado pelos requerentes já habilitados e integrantes do Sistema Nacional de Adoção. “A opção pela divulgação de um projeto dessa envergadura, com alto teor de ousadia, justifica-se pela previsão de prioridade absoluta para os direitos infantojuvenis, especialmente para aqueles que vivenciaram situações de abandono e rupturas de vínculos e que carregam toda sorte de sequelas emocionais, cognitivas e comportamentais”, comenta o supervisor da área de adoção da VIJ.

O fato de uma família sentir-se sensibilizada pelos vídeos disponibilizados por meio do projeto Em Busca de um Lar e procurar a VIJ/DF para manifestar seu interesse na adoção de um dos jovens apresentados nos referidos vídeos, no entanto, não garante aprovação automática. É necessário que os candidatos sejam avaliados para verificar se de fato reúnem as pré-condições psicossociais e jurídicas indispensáveis para o deferimento da medida pleiteada. Pessoas interessadas em adotar adolescentes, grupos de irmãos, crianças e adolescentes com deficiência, doença crônica ou com necessidades específicas de saúde têm prioridade legal na habilitação e na tramitação do processo de adoção.

Realidade do DF



Instituído pela Portaria VIJ 11/2018, o Em Busca de um Lar tem como fundamento a “busca ativa”, ação de buscar famílias em condições legais de adoção, visando garantir a crianças e jovens o direito de integração a uma nova família, quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio à família de origem. Diversos Tribunais de Justiça estaduais também estão divulgando projetos voltados para a ampliação do número de adoções tardias e em perfis menos procurados pelos postulantes em processo de habilitação ou mesmo aqueles que já figuram no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), vinculado ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ.



A faixa etária, o estado de saúde e a existência de irmãos continuam sendo critérios selecionados pela maior parte dos pretendentes à adoção e integrantes do SNA. No Distrito Federal, das 590 famílias habilitadas até setembro de 2019, 93% aceitam crianças com até três anos, 60% entre 4 e 7 anos, 10% entre 8 e 11 anos, 1% aceitam acolher adolescentes. Desse universo, 204

querem acolher grupos de dois irmãos, quatro aceitam acolher grupo de três irmãos e 382 famílias somente aceitam acolher uma criança. Um total de 35 pretendentes se candidatam à adoção de crianças e adolescentes com problemas de saúde: sífilis congênita, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física leve, câncer, fenda palatina, necessidades especiais, HIV, diabetes.

Assunto: TJPE mantém decisão que determina a Olinda criar terceiro Conselho Tutelar
--

Fonte: MPPE

Data: 00/09/2019



A 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) julgou improcedente a apelação promovida pela Prefeitura de Olinda contra sentença de primeiro grau que, atendendo a uma ação civil pública do Ministério Público de Pernambuco, ajuizada em 2015, determinou ao município a criação e estruturação de mais um conselho tutelar para garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

“O TJPE manteve a primeira decisão por entender que os dois conselhos tutelares atualmente existentes são insuficientes ao atendimento da demanda municipal. Dessa forma, o Município de Olinda viola os direitos da população infantojuvenil”, avaliou a promotora de Justiça Aline Arroxelas.

Segundo a decisão dos desembargadores da 2ª Câmara, publicada no Diário Oficial desta quinta-feira (19), “a iniciativa de criação do terceiro Conselho Tutelar partiu do próprio Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, inclusive com depoimento de testemunhas em audiência de instrução. Sendo assim, notórias as dificuldades que enfrenta a edilidade para atender às diversas demandas sociais, fato este comprovado através de estudo técnico, onde houve a conclusão da necessidade da criação de mais um Conselho Tutelar, corroborando a imputação originária de que os dois Conselhos Tutelares já existentes na municipalidade são insuficientes”.

“Desta feita, não cabe à municipalidade, buscando se eximir do cumprimento de suas obrigações constitucionais, invocar de maneira genérica a indisponibilidade de recursos materiais e humanos”, complementou o texto da decisão.

Assunto: Funase em Garanhuns certifica socioeducandos e funcionários na área de construção civil

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 00/09/2019



Vinte e três adolescentes e dois funcionários do Case/Cenip Garanhuns, unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), foram certificados no curso de Aplicação de Revestimento Cerâmico. A formação, que conteve 260 horas/aula, foi viabilizada por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O objetivo foi trabalhar temáticas na área de construção civil, a segunda mais demandada por jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Pernambuco.

Assuntos como cálculo de áreas e perímetro, leitura de projetos arquitetônicos, transporte e estocagem de materiais, conceitos de revestimento, emprego de argamassas e acabamentos foram trabalhados em sala de aula. Com o término do curso, os alunos estão habilitados para atuar em construções de pequeno, médio e grande portes, realizando aplicações de revestimentos cerâmicos conforme normas e procedimentos técnicos de qualidade segurança e meio ambiente, segundo a instituição de ensino.

Além dos socioeducandos, também concluíram o curso o agente socioeducativo Silvestre Antônio Gomes da Silva e o coordenador operacional do Case/Cenip Garanhuns, João Florêncio. A aula final do curso teve a participação do juiz da Vara Regional da Infância e Juventude de Garanhuns, Maurício Gusmão, de representantes da direção da unidade, de profissionais técnicos e de agentes.

“Os meninos gostaram bastante do curso. A dedicação e o envolvimento foram os diferenciais. Esses momentos serviram de estímulo para que eles possam construir novos projetos”, avaliou o coordenador geral do Case/Cenip Garanhuns, Joaci Laurindo.